



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008226-98.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica S/c Ltda**
 Requerido: **Dualtronics Indústria de Máquinas Ltda. Epp Me**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. propôs ação de cobrança em face de **DUALTRÔNICS INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP**. Alegou, em síntese, que firmou dois contratos de prestação de serviço de monitoramento eletrônico com locação de equipamento junto à requerida, em 15.05.2013 e 12.06.2013; o primeiro pelo valor inicial de R\$ 85,00, além da complementação do sistema de alarmes no valor de R\$ 50,00 mensais; o segundo pelo valor inicial de R\$ 115,00, com dois contratos adendos, referentes a cerca elétrica e chip de telemetria e comunicador GPRS para monitoramento no valor de R\$ 50,00 mensais cada. Informou que o primeiro contrato foi encerrado, por solicitação da requerida, em 22.06.2017, enquanto o segundo contrato foi cancelado em 05.09.2017, diante da inadimplência da ré. Requereu a condenação da requerida ao pagamento do valor atualizado de R\$ 5.603,51, referente às mensalidades em atraso dos dois contratos e aos equipamentos de monitoramento não devolvidos.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/54.

Citada (fl. 74), a requerida se manteve inerte e não apresentou contestação (fl. 75).

É o relatório.

Fundamento e deciso.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conquanto regularmente citada, a requerida se manteve inerte e não contestou o feito. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as legações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da parte requerente, o que deve ser feito, já que a revelia não induz necessariamente, à procedência.

Os documentos de fls. 17/25 e 26/36 comprovam devidamente a relação jurídica entre as partes bem como a transação mencionada na inicial.

A requerida teve a oportunidade de se defender caso a realidade fosse diversa da apresentada pela parte requerente, no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos. Não houve impugnação quanto à efetiva prestação dos serviços mencionados e tampouco quanto à inadimplência, sendo o que basta.

Havendo alegação de inadimplemento, competia à requerida a prova do pagamento das prestações, já que inviável à parte requerente fazer prova negativa e que estas não foram pagas, o que deixou de fazer.

Dessa forma, diante da revelia e não havendo prova de purgação da mora, incontroversa a inadimplência. Assim, a procedência é de rigor.

Não há que se falar entretanto, no pagamento da mensalidade integral referente à julho de 2017 (primeiro contrato) e mensalidade integral de outubro de 2017 e novembro de 2017 (segundo contrato). Isto porque, conforme informado pela própria autora na inicial, o cancelamento da prestação dos serviços se deu em 22.06.2017 e 05.09.2017, sendo estas as datas limite para a cobrança de mensalidades pelo monitoramento.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a requerida ao pagamento do valor das mensalidades em aberto, conforme planilhas de cálculos apresentadas às fls. 47/48, observando-se o desconto integral da mensalidade referente ao mês de novembro (tabela de fl. 48), e o desconto parcial das mensalidades de Julho de 2017 (tabela da fl. 47) e outubro de 2017 (tabela de fl. 48) sendo considerados os dias 22.06.2017 e 05.09.2017, respectivamente, como datas limite para a cobrança dos serviços prestados. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além da incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a parte requerida ao pagamento das despesas, custas processuais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios no valor em 10% do valor da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**